

Resumo executivo

“O risco climático exige uma mentalidade científica: quantificar o risco é o primeiro passo para gerenciá-lo e transformá-lo em uma oportunidade”.

Larry Fink¹⁹

O aumento das temperaturas, a intensificação de eventos climáticos extremos e a degradação ambiental representam riscos significativos que podem afetar o desenvolvimento das economias em todo o mundo. Como os modelos econômicos são baseados em setores altamente dependentes de carbono, as temperaturas globais continuam a subir.

Essas mudanças climáticas geram riscos físicos, como o aumento da frequência e da severidade de fenômenos como enchentes e ondas de calor, que afetam a produtividade e a rentabilidade de vários setores econômicos e representam uma ameaça econômica para empresas e governos.

O setor financeiro, devido ao seu papel central na economia, enfrenta riscos diretos e indiretos associados a esse contexto de mudança climática e degradação ambiental. As instituições financeiras estão expostas aos riscos climáticos por meio de suas carteiras de crédito, investimento e seguros. Os riscos físicos, como os incêndios florestais e as tempestades, afetam a capacidade produtiva das empresas e podem corroer os valores dos ativos que garantem os empréstimos, aumentando o risco de inadimplência e a deterioração dos balanços patrimoniais. Esse contexto exige que o setor bancário e de seguros reavaliem suas práticas de gestão de riscos para antecipar, gerenciar e mitigar os impactos climáticos e ambientais.

Portanto, é necessário desenvolver mecanismos quantitativos para mensurar os impactos que os riscos climáticos e ambientais podem ter sobre o valor econômico dos balanços patrimoniais das instituições, com o objetivo de gerenciar os riscos e reforçar a resiliência do sistema financeiro, promovendo, assim, a mudança estrutural em direção a uma economia sustentável.

Requisitos supranacionais para a mensuração de riscos climáticos e ambientais

A crescente preocupação com as mudanças climáticas e a degradação ambiental levou a órgãos reguladores e autoridades financeiras a estabelecerem um marco regulatório para a mensuração de riscos climáticos e ambientais, impulsionando a integração desses riscos nos modelos de gestão das instituições financeiras.

O Comitê de Supervisão Bancária da Basileia (BCBS) desenvolveu 18 princípios que constituem um pilar essencial para a gestão e supervisão de riscos climáticos, abrangendo aspectos como governança, adequação de capital e integração dos riscos climáticos nas estruturas de análise de risco.

Na Europa, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o Banco Central Europeu (BCE) desenvolveram marcos específicos que complementam esses princípios internacionais. A EBA desenvolveu diretrizes para a incorporação dos riscos ESG (ambientais, sociais e de governança) na estratégia, na governança e nos sistemas de gestão de riscos das instituições financeiras. O BCE também estabeleceu em suas expectativas de supervisão a exigência de que as instituições incorporem os riscos relacionados ao clima na estratégia, na gestão de riscos e na divulgação, bem como implementar testes de estresse climático, com o objetivo de fortalecer a transparência e a responsabilidade na tomada de decisões.

Outros órgãos reguladores globais também adotaram marcos significativos. No Reino Unido, o Banco da Inglaterra emitiu diretrizes que enfatizam a identificação e a mensuração dos riscos climáticos em grandes instituições financeiras, enquanto nos EUA, a SEC desenvolveu normas para a divulgação dos riscos climáticos.

Esse esforço global para consolidar regulações específicas reflete a importância crítica dos riscos climáticos e ambientais no sistema financeiro. Embora existam diferenças nas abordagens entre jurisdições, a convergência a padrões internacionais aponta para uma maior integração da sustentabilidade no setor financeiro.

Os riscos climáticos

Há dois tipos principais de riscos climáticos que afetam o setor financeiro: riscos físicos e riscos de transição.

Os riscos físicos referem-se a danos causados por eventos climáticos extremos (agudos), como enchentes, incêndios florestais e tempestades, bem como mudanças graduais no clima (crônicas), como o aumento do nível do mar e o aquecimento global. Esses riscos têm um impacto direto sobre os ativos físicos das empresas, aumentando o risco de inadimplência das contrapartes financeiras. No caso de empréstimos garantidos por ativos imobiliários ou industriais, esses fenômenos podem reduzir o valor das garantias, afetando os índices financeiros e aumentando a probabilidade de perdas para as instituições financeiras.

Para uma avaliação adequada dos riscos físicos, são utilizados cenários climáticos que projetam possíveis evoluções das variáveis climáticas, como temperatura e precipitação, em níveis regional e global. Esses cenários, desenvolvidos pelo IPCC, combinam trajetórias socioeconômicas e níveis de emissão de gases de efeito estufa, possibilitando a previsão de diferentes graus de aquecimento global e seus efeitos sobre o clima.

A metodologia de mensuração de risco físico emprega estas projeções para simular a probabilidade de eventos climáticos extremos e calcular o impacto esperado nos ativos das carteiras financeiras em função da geolocalização dos ativos físicos e sua exposição a eventos climáticos. Isso é feito usando "curvas de danos" (também chamadas de funções de impacto) que quantificam a perda econômica provável segundo a intensidade do evento climático.

Por outro lado, os riscos de transição estão associados ao processo de mudança para uma economia de baixo carbono. Esses riscos surgem de mudanças regulatórias, tecnológicas e de mercado que visam à redução das emissões de gases de efeito estufa. Os setores com uso intensivo de carbono, como energia e transporte, estão particularmente expostos a esses riscos, pois enfrentam possíveis desvalorizações de ativos ou custos adicionais para se adaptarem às normas de sustentabilidade. Para as instituições financeiras, os riscos de transição representam a possibilidade de determinados ativos perderem valor ou de as contrapartes enfrentarem custos mais altos para se adaptarem a novas regulações ambientais ou à tecnologia.

A análise dos riscos de transição se baseia no uso de cenários de transição que projetam diferentes caminhos para a descarbonização da economia. Esses cenários levam em conta variáveis como a rapidez com que as políticas climáticas são implementadas e o nível de inovação em tecnologias limpas. Os cenários de transição permitem prever como a mudança para uma economia sustentável pode afetar os setores econômicos, avaliando a exposição dos ativos financeiros a riscos regulatórios e tecnológicos.

A metodologia para mensurar os riscos de transição em carteiras financeiras usa esses cenários para estimar o impacto na qualidade do crédito e no valor dos ativos das contrapartes. No caso de carteiras de crédito corporativo, a metodologia aplica uma análise de sensibilidade setorial para avaliar a vulnerabilidade de cada empresa de acordo com sua exposição a riscos de transição. Essa análise identifica as contrapartes cuja capacidade de adaptação é menor, calculando o impacto sobre a probabilidade de inadimplência e a perda em caso de inadimplência. Da mesma forma, para as carteiras de ativos financeiros, se empregam modelos de avaliação para estimar o efeito do risco de transição em títulos privados e públicos, bem como em ações, permitindo que as carteiras de investimento sejam ajustadas de acordo com esses riscos.





Riscos ambientais

Os riscos ambientais incluem a degradação de ecossistemas, a perda de biodiversidade e o esgotamento de recursos naturais. Esses riscos são impulsionados por fatores como desmatamento, poluição e mudanças nos padrões de uso da terra, afetando tanto as cadeias de suprimentos quanto a segurança de recursos essenciais. Portanto, todos eles representam ameaças significativas para a economia. Para as instituições financeiras, a exposição aos riscos ambientais implica possíveis perdas econômicas devido à vulnerabilidade das contrapartes em setores dependentes de recursos naturais.

Assim como no caso dos riscos climáticos, o uso de cenários de riscos ambientais possibilita a simulação do impacto de diferentes níveis de deterioração ambiental sobre os ativos financeiros. Esses cenários projetam, por exemplo, como a perda de polinizadores ou o estresse hídrico podem afetar a produtividade agrícola e, conseqüentemente, a estabilidade econômica das empresas deste setor.

Para mensurar os riscos ambientais, é proposta uma metodologia que se concentra na avaliação da resiliência das empresas à perda de recursos naturais e à vulnerabilidade de suas cadeias de suprimentos, analisando o impacto da degradação dos recursos sobre as receitas das empresas e a sustentabilidade de seus ativos e, portanto, sobre sua solvência.

As metodologias e os modelos disponíveis atualmente são ferramentas essenciais e acessíveis para lidar com os complexos desafios climáticos e ambientais, permitindo a integração eficaz destes riscos na análise financeira e respaldando a tomada de decisões estratégicas em um contexto de crescente incerteza ambiental.

O gerenciamento dos riscos climáticos e ambientais tornou-se uma questão de grande relevância, principalmente no setor financeiro. A gestão desses riscos exige quantificar os impactos sobre o valor dos investimentos por meio do uso de metodologias e ferramentas avançadas e ferramentas que permitam fortalecer a tomada de decisões.

Para tanto, a governança interna e os investimentos em tecnologia devem ser fortalecidos para facilitar a integração dos citados riscos à estratégia de negócios. Um processo que deveria ser feito em colaboração com os órgãos reguladores e potencializando0 iniciativas setoriais que ajudassem a superar, entre outras coisas, as limitações nos dados.